



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ARTE,
CULTURA E HISTÓRIA (ILAACH)**

**ANTROPOLOGIA – DIVERSIDADE CULTURAL
LATINO-AMERICANA**

**O BRASIL NO CENÁRIO INTERNACIONAL PÓS-INDEPENDÊNCIA: DESAFIOS E
ESTRATÉGIAS DIPLOMÁTICAS NA PRIMEIRA DÉCADA DA MONARQUIA**

DARILÊDE OLIVEIRA LIMA GONÇALVES

Salvador -Ba

2024



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ARTE,
CULTURA E HISTÓRIA (ILAACH)**

**ANTROPOLOGIA – DIVERSIDADE CULTURAL
LATINO-AMERICANA**

**O BRASIL NO CENÁRIO INTERNACIONAL PÓS-INDEPENDÊNCIA: DESAFIOS E
ESTRATÉGIAS DIPLOMÁTICAS NA PRIMEIRA DÉCADA DA MONARQUIA**

DARILÊDE OLIVEIRA LIMA GONÇALVES

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Antropologia – Diversidade Cultural Latino-Americana.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Gabriel Romero

Salvador -Ba

2024

DARILÊDE OLIVEIRA LIMA GONÇALVES

**O BRASIL NO CENÁRIO INTERNACIONAL PÓS-INDEPENDÊNCIA: DESAFIOS E
ESTRATÉGIAS DIPLOMÁTICAS NA PRIMEIRA DÉCADA DA MONARQUIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Antropologia – Diversidade Cultural Latino-Americana.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Gabriel Romero
Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)

Banca Examinadora: Dra. Karen Dos Santos Honório.

Foz do Iguaçu, 29 de novembro de 2024

Dedico este trabalho a minha família meus queridos João Faustino e Josuel Oliveira e colegas de curso, que dedicaram seu tempo carinho e conhecimento para me ajudar durante toda a jornada do TCC.

Também gostaria de agradecer a minha família, que sempre me apoiou e incentivou a seguir meus sonhos. Agradeço a meus pais (in memória) por terem me ensinado a nunca desistir e a lidar com o estresse e a ansiedade.

Por fim, dedico esta seção a todas as pessoas que acreditaram em mim e no meu trabalho, e que me ajudaram a chegar até aqui. Muito obrigado!

*“O passado é um peso que
carregamos, mas também um guia para o futuro.”*

Sigmund Freud

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo valorizar a importância do reconhecimento nacional e internacional do Brasil durante o primeiro reinado, debruçaremos em discussões sobre os aspectos históricos, políticos e diplomáticos que influenciaram as relações do Brasil com outras nações, bem como os desafios e conflitos enfrentados no contexto da época como o reconhecimento da soberania brasileira pelos Estados Unidos e Inglaterra, também abordaremos, a relevância das relações comerciais para a diplomacia e economia do Brasil Imperial. A busca pelo reconhecimento internacional foi um dos maiores desafios do Brasil recém-independente, destacando-se pelo o cenário internacional da época, embora marcado por conflitos e reconfigurações geopolíticas, o reconhecimento internacional foi fundamental para a consolidação do Estado brasileiro. Esse processo foi marcado por diversas dificuldades e negociações. Apresentaremos nesta pesquisa um estudo bibliográfico que visa analisar desafio do reconhecimento das relações nacionais e internacionais do Brasil nos primeiros anos da monarquia, abordando os fatores que levaram à independência do Brasil destacando a importância de D. Pedro I nesse processo e os principais desafios encontrado para o reconhecimento da nova nação independente, razões pelas quais outras nações hesitaram em reconhecer a independência e suas posições em relação ao Brasil, identificar quais narrativas históricas impactaram diretamente o governo em seu primeiro reinado que tinha como monarca D. Pedro I, monarca este que esteve superando desafios e as consequências do reconhecimento na avaliação dos impactos internacionais e na consolidação do Estado Brasileiro nas suas implicações do reconhecimento perante as relações econômicas e políticas. Buscaremos identificar a como se deu a sua conservação, desenvolvimento, seu engajamento político e econômico em suas relações internas e externas, junto as narrativas em uma revisão bibliográfica dialogando com autores como Amado Luiz Cervo, Clodoaldo Bueno, Igor Moreira Moraes, Boris Fausto, dentre outros teóricos.

PALAVRAS CHAVE: Independência; Reconhecimento; Política Interno; Externo; Império.

ABSTRACT

This research aims to value the importance of Brazil's national and international recognition during the first reign, we will focus on discussions on the historical, political and diplomatic aspects that influenced Brazil's relations with other nations, as well as the challenges and conflicts faced in the context of the time such as the recognition of Brazilian sovereignty by the United States and England, we will also address the relevance of commercial relations for the diplomacy and economy of Imperial Brazil. The search for international recognition was one of the biggest challenges for the newly independent Brazil, highlighted by the international scenario at the time, although marked by conflicts and geopolitical reconfigurations, international recognition was fundamental for the consolidation of the Brazilian State. This process was marked by several difficulties and negotiations. In this research, we will present a bibliographic study that aims to analyze the challenge of recognizing Brazil's national and international relations in the first years of the monarchy, addressing the factors that led to Brazil's independence, highlighting the importance of D. Pedro I in this process and the main challenges encountered for the recognition of the new independent nation, reasons why other nations hesitated to recognize independence and their positions in relation to Brazil, identify which historical narratives directly impacted the government in its first reign, which had D. Pedro I, a monarch who was overcoming challenges and the consequences of recognition in the assessment of international impacts and in the consolidation of the Brazilian State in its implications for economic and political relations. We will seek to identify how its conservation, development, political and economic engagement in its internal and external relations took place, together with the narratives in a bibliographic review, dialoguing with authors such as Amado Luiz Cervo, Clodoaldo Bueno, Igor Moreira Moraes, Boris Fausto, among other theorists.

KEYWORDS: Independence; Recognition; Internal Policy; External; Empire.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2.	UMA BREVE NARRATIVA HISTÓRICA DA FAMÍLIA REAL NO BRASIL	11
2.1	A FUGA PARA O BRASIL.....	11
2.2	UM NOVO TEMPO PARA O BRASIL.....	12
3	PROCLAMADA A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL	14
4	O BRASIL IMPÉRIO: DESAFIOS E ENFRETEMENTOS COM A NOVA MONARQUIA (1822-1831)	15
5	O APOIO AO NOVO IMPÉRIO (INTER) DEPENDENTE.....	18
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	23
	REFERÊNCIAS	26

1. INTRODUÇÃO

A primeira década da monarquia brasileira, que se estendeu de 1822 a 1832, foi um período crucial para a formação da política externa do Brasil. Marcada por desafios significativos e estratégias diplomáticas que buscavam consolidar a nova nação no cenário internacional. Após a independência em 1822, o Brasil enfrentou o desafio de ser reconhecido como uma nação soberana, um dos primeiros passos foi a assinatura do Tratado do Rio de Janeiro com Portugal em 1825 que formalizou a independência brasileira e pôs fim à Guerra da Independência.

Neste contexto, o Brasil também se viu envolvido na Guerra da Cisplatina (1825-1828), um conflito com as Províncias Unidas do Rio da Prata, que buscavam anexar a Cisplatina (atual Uruguai) ao seu território. O resultado da guerra foi desastroso para o Brasil resultando na independência do Uruguai e no aumento das dívidas do Império. Motivada por um conjunto de fatores como o descontentamento da elite colonial, com as restrições impostas pela metrópole portuguesa a influência das ideias iluministas, a ruptura com Portugal representou uma nova etapa na construção da nação brasileira.

Embora este fato histórico tenha marcado o fim do domínio colonial português, não significou o fim das desigualdades sociais nem ocorreu um reconhecimento do país como uma nova nação, com autonomia política e econômica para o país de imediato, baseado nestas narrativas de fatos históricos.

Esta pesquisa bibliográfica busca compreender através da leitura em artigos, livros, periódicos, aspectos e relatos da historiografia nacional e internacional brasileira, de modo a analisarmos e descrevermos o desafio do reconhecimento das relações diplomáticas nos primeiros anos do primeiro Reinado, assim como seu objetivo de investigar como as estratégias diplomáticas adotadas pelo Brasil influenciaram seu reconhecimento por outras nações? Esta investigação surgiu da necessidade em agregar conhecimentos sobre fatos e narrativas históricas do Brasil, questionando como se instaurou o governo da época sendo ele o primeiro pós independência? Independência esta que foi liderada por Pedro I.

Para a inserção teórica desta investigação, foi necessário colher informações a partir de alguns procedimentos. Desta forma, a técnica de coleta de dados que utilizamos para a realização dessa pesquisa foi a pesquisa

bibliográfica em literatura pertinente, junto as narrativas (CO)relacionadas ao diálogo com autores como Amado Luiz Cervo, Clodoaldo Bueno, Igor Moreira Moraes, Boris Fausto, dentre outros teóricos que enriquecerão esta pesquisa na compreensão do período histórico dos fatos narrados.

O processo analisado provém de fatos históricos da primeira década monárquica (1822-1832) para uma maior delimitação das narrativas a serem compreendidas ao longo do período de estudo e descrito neste trabalho de conclusão de curso.

O final do século XIX, foi um período de expressivas transformações sociais e culturais, principalmente em muitos países da América e na Europa, no Brasil o grande marco da história foi o “grito da independência”, uma ascensão onde a colônia deixou de ser de Portugal e passou a ser um país independente, uma nação governada apartir daquele dia (7 de setembro de 1822) pelo rei Dom Pedro de Alcântara João Carlos Leopoldo Salvador Bibiano Francisco Xavier de Paula Leocádio Miguel Gabriel Rafael Gonzaga de Bragança e Habsburgo¹. Os fatos históricos relevantes de forma antes e pós independência sua ascensão e seu declínio, em uma trilha histórica com fatos historiográficos como a chegada da família real no Brasil, o seu retorno, o nascer do Império de Pedro I, a organização e dissolução da assembleia constituinte, outorgação da 1ª Constituição do Brasil, sua interdependência econômica e política exterior, dentre outros aspectos relevantes a historiografia daquela década.

A primeira década da monarquia no Brasil foi marcada por um processo complexo de construção da identidade nacional no cenário internacional. Os desafios enfrentados incluíram não apenas a necessidade de reconhecimento internacional e resolução de conflitos territoriais, mas também as tensões internas que afetaram diretamente a capacidade do país de articular uma política externa eficaz. A diplomacia brasileira começou a se moldar nesse contexto tumultuado, estabelecendo as bases para futuras interações internacionais.

2. UMA BREVE NARRATIVA HISTÓRICA DA FAMÍLIA REAL NO BRASIL

2.1 A FUGA PARA O BRASIL

¹ BRASIL. **Império do Brasil - Primeiro Período - D. Pedro I (09.01.1822 - 07.04.1831)**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/conheca/presidentes/imperio1.html#:~:text=%C3%89%20batizado%20com%20o%20nome,antes%20de%20completarem%20um%20ano>. Acesso em 25 de novembro de 2024.

A independência do Brasil segundo narrativas bibliográficas foi um processo iniciado a partir da chegada da família Real ao Brasil (início do século XIX), esse processo começou, em 1808, onde segundo historiadores a Europa vivia sob a sombra das guerras napoleônicas em Portugal, a família real portuguesa, liderada por Dom João VI, transferiu a corte para o Rio de Janeiro, assim como nos relata Fausto (2006, p.121):

Todo aparelho burocrático vinha para colônia: ministros, conselheiros, juizes da Corte Suprema, funcionários do tesouro, patentes do exército e da marinha, membros do alto clero. Seguiam também o Tesouro real, os arquivos do governo, uma máquina impressora e várias bibliotecas que seriam a Base da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Essa mudança foi um marco, pois o Brasil, até então uma colônia, passou a ser o centro do Império Português. Dom João VI permaneceu no Brasil até 1821, quando retornou a Portugal, deixando seu filho, Dom Pedro I, como príncipe regente. Portugal, então aliada da Inglaterra, viu-se ameaçado pela invasão das tropas francesas. Para escapar do avanço de Napoleão Bonaparte, o rei D. João VI, decidiu transferir toda a corte portuguesa para o Brasil, sua mais rica colônia. A vinda da família real ao Rio de Janeiro, assinalou um momento crucial na história do Brasil. A Brasil colônia, antes administrada por um vice-rei qual mantinha uma relação estritamente comercial com a metrópole passava a ser o centro do Império Português com a transferência de toda a corte Real.

2.2 UM NOVO TEMPO PARA O BRASIL

A presença da família real no Brasil trouxe diversas transformações para a colônia como a abertura dos portos, sendo esta uma das primeiras medidas de D. João VI para que existisse o comércio com todas as nações amigas, rompendo com o monopólio português. Segundo Fausto, essa medida estimulou o desenvolvimento econômico e a urbanização do Rio de Janeiro. Nestes novos tempos foram criadas diversas instituições importantes, como a Imprensa Régia, a Biblioteca Nacional e a Academia Militar, que contribuíram para o desenvolvimento cultural e intelectual do país.

Em 16 de dezembro de 1815, o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves foi formalmente criado, por meio de um decreto que unificava os territórios de Portugal, Brasil e os Algarves (um território do sul de Portugal). Este decreto

elevou o Brasil à condição de Reino e o tornou parte de um reino unido com Portugal, e não mais uma colônia.

A principal razão para essa elevação foi a necessidade de fortalecer o status político e internacional do Brasil, especialmente em relação aos demais países e para responder às pressões externas e internas do período. A criação do Reino Unido foi também uma forma de reconhecimento das mudanças provocadas pela permanência da corte portuguesa no Rio de Janeiro, que já fazia do Brasil um centro do Império Português. Com o objetivo de transformar a colônia em parte integrante de Portugal, a presença da família real no Brasil elevou significativamente seu desenvolvimento econômico e político. A Revolução Pernambucana de 1817 e a Revolução Liberal do Porto de 1820 demonstraram a insatisfação da burguesia portuguesa com o processo de integração do Brasil a Portugal e contribuíram para o fortalecimento dos movimentos independentistas brasileiros. Fausto (2006) nos fala que o desfavorecimento regional, acompanhado de um forte antilusitanismo², foi denominador comum da revolta geral de toda área nordestina. Acreditamos que diante de crise do sistema colonial, a influência das ideias iluministas e as independências ocorridas na América Espanhola e Inglesa, foram fatores que contribuíram para o processo inicial da independência brasileira. Perante a insustentabilidade do sistema colonial e da pressão por maior autonomia, o separatismo emergiu como alternativa política.

A presença da família real no Brasil deixou um legado duradouro, a transferência da corte acelerou o processo de urbanização e industrialização da Cidade do Rio de Janeiro e do Brasil. Com a derrota de Napoleão Bonaparte e a estabilização da situação em Portugal, D. João VI resolveu retornar a Lisboa em 1821, contudo, a permanência da corte no Brasil havia despertado nos brasileiros o desejo de autonomia e independência. D. Pedro, então príncipe regente frente ao governo. Esse ato, que contou com a adesão de parte das elites brasileiras, mas também gerou resistências, marcou o início de um novo período na história do país. A consolidação da independência, no entanto, exigiu a superação de

² JESUS. Carlos Gustavo Nóbrega. **O nacionalismo antilusitano e o Centenário da Independência nas páginas da revista Gil Blas (1919-1922) Estudos Ibero-Americanos**, [S. l.], v. 48, n. 1, p. e41988, 2022. DOI: 10.15448/1980-864X.2022.1.41988. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/iberoamericana/article/view/41988>. Acesso em: 28 nov. 2024.

diversos desafios, como a necessidade de construir um Estado nacional e enfrentar as tentativas de reconquista por parte de Portugal.

3. PROCLAMADA A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

Em 7 de setembro de 1822 foi proclamada a Independência do Brasil, o que marcou um ponto de curvatura na história do país, encerrando assim, séculos de dominação colonial e abrindo caminhos para um novo capítulo, que podemos citar em um conceito que se manifesta como um processo de transição entre um estado de dependência colonial e a afirmação da soberania nacional.

Após longos anos de exploração, durante os quais as riquezas brasileiras eram “surrupradas” para Portugal, a ruptura com a metrópole representou a conquista de uma autonomia política e econômica longamente almejada. No entanto, a construção de uma nação independente e democrática se mostrou um processo complexo e gradual, marcado por instabilidades políticas e sociais. A população, ainda em grande parte submetida a condições de desigualdade, como a escravidão e a exclusão social, almejava por uma maior participação nos destinos do país.

Após a proclamação da Independência o Brasil adotou um sistema monárquico com base na hereditariedade, concentrando o poder nas mãos de D. Pedro I, um fato histórico de grande importância para a história da América Latina. Foi um período marcado pelo processo de complexas dinâmicas sociais e políticas, principalmente ao destacarmos a dialética entre as forças de mudança e conservação que moldaram a transição para a independência. Costa (2005, p. 99-100), nos convida a uma análise mais complexa, ao nos salientar que:

A Polêmica que empolgava os historiadores na forma de um esforço hercúleo para dar conta, de forma dialética, dos fermentos de mudança presentes na conjuntura política da Independência e dos movimentos empreendidos pelas forças conservadoras para reinventar as ideias e as práticas em quase expressava a dominação política

No entanto, o reinado do primeiro imperador brasileiro foi marcado por um acentuado autoritarismo, que se manifestou em diversas crises políticas e econômicas. A dissolução da Assembleia Constituinte, em 1823 pelo imperador de forma decisiva, alegando que os membros da Assembleia estavam agindo contra os interesses do país e estavam promovendo um projeto de Constituição

que não refletia a vontade popular ou a necessidade do império, este ato gerou um grande choque político no Brasil, gerando descontentamento entre os membros da Assembleia e outras facções políticas. A decisão de Dom Pedro I de dissolver a Assembleia Constituinte foi interpretada por muitos como um ato de autoritarismo, o que intensificou as tensões políticas no Brasil.

4. O BRASIL IMPÉRIO: DESAFIOS E ENFRENTAMENTOS COM A NOVA MONARQUIA (1822-1831)

Embora o Brasil tenha se tornado uma nação independente, no entanto, o reinado do primeiro imperador brasileiro foi marcado por um acentuado autoritarismo, que se manifestou na dissolução da Assembleia Constituinte, na imposição de uma Constituição outorgada e na repressão às oposições. Depois de declarar a independência, Dom Pedro I teve a tarefa de instituir uma monarquia constitucional em um país extenso e variado, no ano de 1824, foi assinada a primeira Constituição brasileira, qual definiu os fundamentos do governo monárquico, concentrando o poder nas mãos do imperador. Dentre os vários desafios, a administração de Dom Pedro I foi caracterizada por turbulências políticas e econômicas, a oposição de certas províncias à centralização do poder e o descontentamento com a conduta do imperador provocaram conflitos internos qual já influenciava na economia do Brasil que passava por desafios, devido à diminuição dos preços do açúcar no mercado global e à demanda por estabilidade financeira.

Após a independência, entre as turbulências de seu reinado destaca-se a Guerra da Cisplatina que resultou na perda da província para o Uruguai, e as diversas revoltas provinciais, como a Farroupilha e a Sabinada. Estas revoltas evidenciaram a instabilidade política do período qual foi marcado, por intensas disputas políticas e pela fragilidade das instituições. Embora o Brasil tivesse se livrado da dominação portuguesa, o período imperial foi marcado por tentativas de manter o controle sobre determinadas regiões e por uma política externa que buscava fortalecer a posição do país no cenário internacional.

Um fato histórico de grande importância para a história da América Latina, foi um processo marcado por complexas dinâmicas sociais e políticas neste período, que muitas vezes apresenta uma visão simplificada do processo, enfatizando a

ruptura com Portugal e construção de uma nova nação, insinuando assim, o Brasil autônomo independente.

A proclamação da Independência do Brasil, representou um marco histórico, mas não erradicou as profundas desigualdades sociais herdadas do período colonial. A escravidão, a concentração de terras e a exclusão política de grande parte da população foram legados coloniais que assombraram o Império, dificultando a construção de uma nação mais justa e equitativa. Essas questões perduraram por décadas, moldando a sociedade brasileira e deixando marcas profundas em sua história.

A independência transformou o Brasil na única monarquia da América do Sul, junto com o México. No entanto, em contraste com a narrativa de um reinado pacífico, assim, estudos como o de Abreu (2018, p.20) nos salienta:

Uma descrição radicalmente simplificada da economia brasileira durante o império pode ser reduzida à constatação de que os primeiros vinte anos foram particularmente difíceis; após a maioria em 1840 a economia começou a recuperar-se e teve a sua década de ouro nos anos 1850; as crises do final dos 1850s e início dos 1860, e particularmente a guerra do Paraguai, interrompem esse período virtuoso; a recuperação que se desenhava foi protelada pela crise mundial de 1875 e pela seca e fome a partir de 1877[...] Causa surpresa o comportamento destas variáveis em vista das perturbações associadas à fadiga do regime escravista. Há grandes controvérsias quanto ao crescimento da economia brasileira no Império”

Em resumo, a economia brasileira durante o Império passou por diversas fases desde o início turbulento, um período de crescimento nos anos 1850, seguido por crises e interrupções. O mais surpreendente é que esse crescimento ocorreu mesmo com a existência da escravidão, um sistema econômico que, teoricamente, deveria ter limitado o desenvolvimento. No entanto, a análise desse período é complexa e gera debates entre os historiadores. Como nos esclarece Abreu (2014, p.13):

Herdando um empréstimo português como parte do acerto pós-independência. Ao pesado endividamento nos anos iniciais da vida independente seguiu-se um longo período de acesso recatado ao mercado financeiro internacional pelo menos até a década de 1850. A dívida externa somente começaria a aumentar a partir de 1860. De fato, sextuplicaria nos 30 anos posteriores a 1860”.

Apesar da sua aparente estabilidade, foi uma época marcada por conflitos internos e externos. A centralização do poder, a insatisfação das elites regionais, as revoltas populares e a pressão abolicionista geraram um cenário político

instável, tais fatos atestam as dificuldades do Brasil em fortalecer a sua independência e ter um país forte e estável na formação de sua nação. Os fatos históricos retumbados atestam a fragilidade do novo governo que revela as fracassadas tentativas de autonomia para formar o país como nação independente, e, sobretudo, às condições com que realizou tal independente, mas sob uma dívida com a coroa portuguesa e fragilidade comercial.

Almeida (2014, p.13) nos apresenta um breve panorama sobre a dívida externa brasileira nos primeiros anos de sua independência:

Desde cedo na independência o Brasil endividou-se em Londres, inclusive herdando um empréstimo português como parte do acerto pós-independência. Ao pesado endividamento nos anos iniciais da vida independente seguiu-se um longo período de acesso recatado ao mercado financeiro internacional pelo menos até a década de 1850. A dívida externa somente começaria a aumentar a partir de 1860. De fato, sextuplicaria nos 30 anos posteriores a 1860" (Paiva, 2014, pag.13)

Essa dinâmica do endividamento brasileiro no século XIX nos desponta alguns aspectos importantes como o Brasil iniciou seu endividamento precoce o em sua vida como nação independente já com uma dívida considerável, contraída em Londres. Essa dívida era uma herança do período colonial, assumida como parte do acordo de reconhecimento da independência por Portugal. Para tanto, A soberania brasileira não pode ser considerada e não pode ser entendida, no rigor dos termos, como reflexo instantâneo da Proclamação da Independência, de 7 de setembro de 1822, imediatamente aplicável no mundo exterior. O seu exercício estava condicionado interna e externamente, e exigia toda habilidade para vir a se conformar com os interesses da nação.

O país passou por um período de relativo afastamento do mercado financeiro internacional, buscando reequilibrar suas finanças após o seu endividamento. A necessidade de recorrer a empréstimos externos desde o início da independência demonstra a fragilidade da economia brasileira e sua dependência em relação aos mercados internacionais.

Consequências do endividamento externo para o Brasil, como a necessidade de destinar uma parte significativa das receitas públicas para o pagamento dos juros e a perda de autonomia na definição das políticas econômicas ligando assim, o país ao modelo econômico baseado na exportação de produtos primários e na importação de bens manufaturados e na política econômica sobre as decisões políticas sobre a gestão da dívida externa tiveram

um impacto significativo no desenvolvimento do país transformando as relações internacionais no exterior em uma posição de dependência em relação aos países credores, principalmente a Inglaterra.

Desta maneira é possível compreender melhor as complexidades da economia brasileira e os desafios enfrentados pelo país durante a primeira década do Primeiro Reinado. As ideias liberais e nacionalistas que emergiram nesse período e exerceram um impacto significativo nas discussões políticas do Império Brasileiro. Esses fatores culminaram em um período de instabilidade política, que atingiu seu ápice em 1831, quando Dom Pedro I abdicou do trono em favor de seu filho, Pedro de Alcântara, que na época tinha apenas cinco anos. A abdicação marcou o fim do Primeiro Reinado e deu início ao Período Regencial.

5. O APOIO AO NOVO IMPÉRIO (INTER) DEPENDENTE

Independência é um conceito complexo, no entanto, a independência não significa necessariamente a autossuficiência. Em muitos casos, países recém-independentes enfrentaram desafio de estabelecer um novo Império (Inter) dependente, em que a relação com outras nações é crucial para o desenvolvimento econômico, político e social.

Nos primeiros anos do Império do Brasil, com foco nas relações de dependência estabelecidas com as potências estrangeiras, especialmente a Inglaterra. A palavra "interdependência" pode ser utilizada para enfatizar a complexidade dessas relações, que envolvem tanto elementos de dependência quanto de interação.

A Inglaterra, interessada em garantir seus interesses comerciais no Brasil, concedeu um empréstimo para que Portugal reconhecesse a independência brasileira estabelecendo condições desse empréstimo, como altas taxas de juros e exigências de abertura dos portos brasileiros, limitaram a autonomia econômica do país.

Segundo Cervo (2012, p.19):

[...] o sistema internacional no início do século XIX e os objetivos dos Estados dominantes, a inserção do continente americano nesse sistema, a herança colonial brasileira tanto socioeconômica quanto jurídico-política e, finalmente, o precoce enquadramento luso-brasileiro no sistema internacional vigente, por meio da "aliança inglesa" .

Com a dívida externa contraída pelo Brasil pós independência com a Inglaterra desde os primeiros anos de seus governos houveram influência

profunda e duradoura sobre as decisões políticas e econômicas do Império. Essa relação de dependência financeira moldou o desenvolvimento do país e deixou marcas profundas em sua história com restrições à política econômica com fortes influências dependências do mercado internacional para garantir o pagamento da dívida, o Brasil se viu obrigado a manter altas taxas de exportação, tornando-se dependente das flutuações do mercado internacional priorizando pagamento da dívida: com data ao pagamento da dívida externa em detrimento de investimentos em infraestrutura e desenvolvimento social prejudicou o crescimento econômico do país a longo prazo. A Influência política inglês como principal credora do Brasil, exerceu uma forte influência sobre as decisões políticas do Império, pressionando por reformas liberais e pela abertura dos mercados com a necessidade de honrar os compromissos financeiros com a Inglaterra limitou a capacidade do governo brasileiro de implementar políticas econômicas mais autônomas e protecionistas.

A independência do Brasil, como um processo de grande importância para a história da América Latina, foi um processo marcado por complexas dinâmicas sociais e políticas que registrou do primeiro Reinado por D. Pedro I, uma vulnerabilidade a crises externa, a economia brasileira a crises internacionais, como a crise do algodão nos Estados Unidos, que afetaram os preços de produtos exportadas pelo país configurando as desigualdades sociais e a concentração de renda nas mãos de uma pequena elite exportadora e a exploração da mão de obra escrava aprofundaram as desigualdades sociais no Brasil limitando o desenvolvimento do país a sua autonomia condicionando suas políticas econômicas e sociais e contribuiu para a formação de um modelo de desenvolvimento desigual e dependente, submetendo a economia brasileira aos interesses da Inglaterra e de outros países industrializados.

Cervo e Bueno (2008, p. 26), em sua obra "História da Política Exterior do Brasil, oferecem uma análise aprofundada das relações internacionais onde nos esclarece que:

A política externa brasileira, no início do período independente, irá definir-se em função da herança colonial com suas estruturas sociais, do Estado bragantino com seus valores, conexões e desígnios, da emergência de um sistema internacional resultante da Revolução Industrial do peso das reacionárias aglutinadas na Santa Aliança, dos estreitos vínculos ingleses transferidos pela metrópole e da transformação do continente Americano em área de competição internacional. Esses elementos de cálculo pesariam obviamente sobre o processo decisório quanto às relações exteriores.

Salientamos então a partir de uma visão abrangente e complexa sobre os fatores que moldaram a política externa brasileira nos primeiros anos de sua independência. Ao destacarmos elementos como a herança colonial, o Estado Bragantino, o sistema internacional em transformação e os vínculos com a Inglaterra, refletimos sobre a construção de uma identidade internacional para o novo país.

O país recém-independente enfrentou o desafio de estabelecer um novo império (Inter) dependente, para tanto, as relações internacionais desempenharam um papel decisivo no desenvolvimento ou não do país, influenciando direta e indiretamente seus processos internos e sua inserção no cenário global econômico, político e social. O apoio ao novo império (Inter) dependente se revelou essencial para a consolidação da soberania demonstrando que os primeiros anos do império enfrentou variadas dificuldades demonstradas diante das dependências e influências para restaurar um país soberano e autônomo brasileiro, esse apoio deve ser entendido como um processo gradual e complexo, marcado por avanços e retrocessos, e como um processo contínuo e desafiador. A compreensão dessa dinâmica é fundamental para entendermos a formação da sociedade brasileira e os desafios que o país enfrentou no início do Primeiro Reinado.

Seria necessária uma “reinvenção das ideias e das práticas”, para explicar que a independência brasileira não foi um evento isolado, mas um processo contínuo de redefinição das relações de poder e da identidade nacional. A autonomia conquistada não foi absoluta, mas sim resultado de uma negociação constante entre diferentes grupos sociais e políticos, cada um com seus próprios interesses e projeto, visto que a construção da soberania de um país é um processo que envolve a definição de identidade nacional e a afirmação de seus interesses no cenário internacional. No caso do Brasil, a conquista da independência não garantiu, de imediato, o pleno exercício da soberania. Como bem observa Cervo (1981, p. 19):

A soberania brasileira não pode ser concebida como efeito abrupto da Proclamação da Independência, em 7 de setembro, imediatamente aplicável no exterior. Seu exercício estava condicionado interna e externamente e requeria toda habilidade para vir a conformar-se com os interesses da nação. Assim, pelo menos quatro variáveis, de natureza estrutural e histórica, iriam condicionar a elaboração e a execução da política externa brasileira nesse período inicial: o jogo das forças que compunham o sistema internacional no início do século XIX e os objetivos dos Estados dominantes, a inserção do continente americano nesse

sistema, a herança colonial brasileira tanto socioeconômica quanto jurídico-política e, finalmente, o precoce enquadramento luso-brasileiro no sistema internacional vigente, por meio da “aliança inglesa”.

Em uma perspectiva complexa e nuançada sobre a construção da soberania brasileira após a Proclamação da Independência, podemos enfatizar que a mesma não era um estado imediato e absoluto, mas sim um processo condicionado por fatores internos e externos das dinâmicas que moldaram a política externa brasileira nesse período, pois o mesmo evidencia que desenvolvimento de independência e sobretudo a estabilidade socioeconômica do país não fora atingida em seus primeiros anos de regência, ou seja, no Primeiro Reinado.

Ressaltamos que o apoio ao novo império foi fundamental para a consolidação da independência do Brasil não foi homogêneo e as motivações dos diferentes grupos sociais eram diversas e complexas.

Neste cenário desafiador (final do século XIX) cheio de conflitos entre as poucas potências imperiais, ainda existentes na época, o Brasil lidava com dificuldades internas na sua política econômica e a sua elite buscava prestígio internacional as nações, independentes e republicanas como estados Unidos e alguns países da Europa, buscando nestas nações referências de modelos políticos. Nesse contexto, o direito internacional foi utilizado para referenciar como prestígio, os Estados Unidos já em sua expansão capitalista e a influência britânica são de natureza política e comercial, em um cenário de emancipação colonial e da inclusão do novo Estado brasileiro na periferia da divisão internacional do trabalho.

Com o descontentamento da maioria, a burguesia atacando o governo com alto índice de insatisfação sobre o governo de Pedro I, qual desgastava a grande maioria da elite política com diversas revoltas internas de caráter político e econômico. A historiografia tradicional sobre as relações entre o Brasil e a Inglaterra no século XIX, ao enfatizar a dependência econômica brasileira, tende a obscurecer a complexidade dessa relação. Bueno (2008, p.83) nos oferece uma visão mais nuançada, ao destacar que:

Contudo, o vigor da penetração econômica britânica de caráter financeiro-creditício na segunda metade do século XIX nos obriga a distinguir as relações de governo a governo, em que prevaleceu o conflito sobre o entendimento, e as relações de nação a nação, que marchavam para um entrelaçamento crescente e dominante, apenas desafiado no século XIX pela concorrência de norte-americanos, alemães e franceses.

A complexidade das relações entre o Brasil e a Inglaterra no século XIX. Ao analisar os diferentes níveis de interação entre os dois países, podem-se compreender melhor como a economia, a política e a cultura moldaram essas relações e como elas, por sua vez, influenciaram o desenvolvimento do Brasil.

Com o reconhecimento externo da independência acontece em 1824 por um, em meio a um cenário internacional agressivo a um contexto político interno conturbado, um país de relevância internacional, os Estados Unidos da América que inspirava a prosperidade, preservando o livre comércio dos Portos que possuía com o Brasil desde 1808, no entanto as relações entre o Brasil e a Inglaterra no século XIX foram marcadas por uma complexa interação entre política e economia. A concessão de empréstimos pela Inglaterra ao Brasil recém-independente exemplifica essa dinâmica, na qual o financiamento externo era utilizado como instrumento de influência política. Como consequência, o Brasil se viu endividado e sujeito a condições comerciais desfavoráveis, que limitaram sua autonomia econômica e dificultaram o desenvolvimento industrial.

Com a imposição da Inglaterra a custos mínimos de 15%, o que dificultou o desenvolvimento da indústria brasileira. Essa situação apontou para um impacto negativo nas operações industriais do Brasil, refletindo desafios econômicos e concorrenciais que afetaram o crescimento e a competitividade do setor. Segundo Abreu (2017), a imposição de custos mínimos tão elevados sobre as exportações brasileiras colocou em evidência a assimetria nas relações econômicas entre o Brasil e a Inglaterra, um padrão comum nas relações entre as potências europeias e os desafios econômicos e concorrenciais que afetaram o crescimento e a competitividade do setor.

Segundo Abreu (2017, p.10):

A incidência de imposto sobre importações foi objeto do tratado comercial de 1827 com a Grã-Bretanha, que renovou, por 15 anos, as concessões portuguesas de 1810 quanto à tarifa de 15% incidente sobre produtos britânicos. Diversos tratados com outros países estenderam a tarifa de 15% a produtos de outras procedências. Embora a Grã-Bretanha tenha envidado esforços para que fosse renovado o tratado de 1827, em 1845 foi introduzida nova tarifa, tendo início umas sequências de aumentos da tarifa média valorem incidente sobre as importações brasileiras.

Durante os períodos “Colonial e Imperial”, a sociedade brasileira era baseada no trabalho escravo com uma elite branca detendo o poder econômico e político. As economias de ambos os períodos eram impulsionadas pela produção

de açúcar, café e ouro com mão de obra escravizada. Após a independência do Brasil, houve um esforço para transformar a economia escravocrata em uma economia capitalista, porém as estruturas sociais e econômicas baseadas na escravidão permaneceram.

Só anos mais tarde com a abolição da escravatura em 1888 que chegou as mudanças, sendo estas significativas na organização social e econômica, incluindo migração de trabalhadores para as cidades em busca de melhores oportunidades. Pós independência do Brasil em 1822, o governo monárquico enfrentou o desafio de converter uma economia baseada na escravidão em um modelo moderno e capitalista, todavia, as estruturas sociais e econômicas impostas pela escravidão permaneceram praticamente inalteradas, levando a uma transição gradual e desigual. Entretanto, a ênfase estava na exportação de produtos primários, exceto pelo açúcar, que já era um item industrializado proveniente da cana-de-açúcar. A falta de crédito e a quase total dependência das cidades, vilas e fazendas brasileiras, voltadas para a produção alimentícia e a criação de gado, restringiam o mercado interno. Na primeira metade do século XIX, o governo imperial investiu consideráveis recursos na melhoria das estradas e contava com um sistema portuário eficiente que favorecia o comércio e a comunicação entre as diferentes regiões do país.

Diante dos diversos desafios enfrentados pelo imperador, uma instabilidade política, atingiu o país e teve seu ápice em 1831, quando Dom Pedro I abdicou do trono em favor de seu filho, Pedro de Alcântara, que na época tinha apenas cinco anos, a abdicação marcou o fim do Primeiro Reinado e deu início ao Período Regencial.

Em um resumo da economia do Brasil durante o império pode ser resumida à constatação de que os primeiros dez anos foram particularmente desafiadores para a nação.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos que diante deste estudo, e em virtude dos fatos aqui relatados acerca das narrativas descritas, o desafio do reconhecimento as relações do Brasil com o mundo nos primeiros anos da monarquia, foi um processo conturbado qual envolveu a presença da Corte Portuguesa, as pressões das Cortes de Lisboa e a declaração de Pedro I como Imperador marcada por

grande agitação política, revoltas regionais, rebeliões, instauração e dissolução de assembleias, causando prisões de políticos e na instauração da primeira Constituição Brasileira (1824) centrada na monarquia. Gerando conflitos internos, inclusive no enfrentamento da Revolta da Armada, grandes desafios e dependência econômica de potências mundiais em um jogo de mero interesse centralizado no Império e não no povo.

O Brasil enfrentou uma instabilidade, onde desafios acerca de questões religiosas e direitos civis de uma nação que ainda mantinha a mão de obra escravizada, e o governo por sua vez, demonstrava ser uma figura autoritária, limitando a participação popular da época, contrariando a elite burguesa, com uma monarquia monopolizadora do poder (1822 – 1831).

Para tanto, a conquista da Inter(dependência) da nova nação se configurou em um contexto de completa solidão entre povo e governo, sua independência política e econômica custou ser reconhecida por alguns países, principalmente por causa das dívidas extraídas pela Coroa Portuguesa, a sua política interna em conflito, contrariou as ideias liberais e nacionalistas do período, junto as discussões políticas no Império, o que ampliou cada vez mais a insatisfação da elite, cuja finalidade era a formação de um estado monárquico independente. Tudo isso exigiu que o Brasil tentasse se adaptar a independência com autonomia econômica e financeira em uma sociedade que cada vez mais desigual que ainda clamava por abolição que acontecera anos mais tarde.

Sendo assim, ao analisarmos os fatos, a perspectiva política e econômica do país inicialmente foi organizada de maneira uniforme, porém causou prejuízos a nação ao logo da história, onde o perfil unilateral do primeiro imperador e seus jogos de interesses ao centralizar o poder exclusivamente no império foram cruciais, salientamos que a primeira década da monarquia brasileira foi um período crucial para moldar sua identidade no cenário internacional. As lições aprendidas sobre reconhecimento internacional, intervenções regionais e políticas econômicas são fundamentais para entender os desafios que o Brasil enfrentaria nas décadas seguintes e que podemos enfatizar em nossa contemporaneidade. Esta pesquisa é essencial, visto que, os estudos nesse campo, certamente, oferecem referenciais teóricos que contribuem e irão contribuir no interesse para o desenvolvimento histórico, político e educacional. Entretanto, sabemos que ainda há muito que se pesquisar nesse campo tão complexo, mas que ao mesmo tempo

é tão atraente, pois nos envolve de tal maneira que acaba nos fazendo aficionados pela historiografia brasileira.

REFERÊNCIAS

ABREU, Marcelo de Paiva. **O Brasil Império e a economia**. DEPARTAMENTO DE ECONOMIA 2017. Disponível em www.econ.puc-rio.br acesso em 15 de setembro de 2024.

ALMEIDA, P. R. de **Formação da diplomacia econômica do Brasil. As relações econômicas internacionais no Império**, SENC/FUNAG, 2001. Disponível em <https://brasile scola.uol.com.br/historiag/a-ideologia-imperialista.htm> acesso em 15 de setembro de 2024.

BRASIL. **Império do Brasil - Primeiro Período - D. Pedro I (09.01.1822 - 07.04.1831)**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/conheca/presidentes/imperio1.html#:~:text=%C3%89%20batizado%20com%20o%20nome,antes%20de%20completarem%20um%20ano>. Acesso em 25 de novembro de 2024.

CERVO, Amado Luiz. **O parlamento brasileiro e as relações exteriores (1826-1889)**. Brasília: Ed. Univ. de Brasília, 1981.

CERVO, Amado; BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 4a Edição Ampliada, 2008.

COSTA, Emília Viotti da. **Introdução ao estudo da emancipação política**. In: MOTA, C. G. Mota (org.) – **Brasil em perspectiva**. 19ª.ed. São Paulo, Difel, 1990.

COSTA, Wilma Peres **A economia mercantil escravista nacional e o processo de construção do Estado no Brasil (1808-1850)**. SZMRECSÁNYI, T. & LAPA, J.R. (orgs.). **História econômica da independência e do império**. São Paulo: Hucitec, p.147-159, 1996a.____. Do domínio à nação: os impasses da fiscalidade no processo de Independência.

FAUSTO. Boris. **História do Brasil**. 12. Ed. 1 reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

JESUS. Carlos Gustavo Nóbrega. **O nacionalismo antilusitano e o Centenário da Independência nas páginas da revista Gil Blas (1919-1922) Estudos Ibero-Americanos**, [S. l.], v. 48, n. 1, p. e41988, 2022. DOI: 10.15448/1980-864X.2022.1.41988. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/iberoamericana/article/view/41988>. Acesso em: 28 nov. 2024.